

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.077 - SC (2019/0295947-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
TIAGO HENRIQUE NUNES PROTÁSIO DA SILVA -
RN006046**

IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PACIENTE : JORENI SUBTIL BORGES

INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*.

A defesa informa que o insurgente foi condenado a 5 meses e 17 dias de detenção, em regime aberto, como incurso nos arts. 129, § 9º, e 147, ambos do CP. A acusação apelou à Corte estadual, que deu provimento ao recurso a fim de estabelecer o modo semiaberto para cumprimento da reprimenda, diante da reincidência do réu.

Neste *writ*, o defensor argumenta que as peculiaridades do caso concreto, revelam a desproporcionalidade da imposição do regime mais gravoso. Para tanto, sustenta: a) ao cumprir 26 dias de pena em modo semiaberto, o acusado já terá direito à progressão ao regime aberto; b) já transcorreu tempo considerável desde o fato delituoso, sem registro de incidentes criminais do paciente; c) a sanção não cumprirá sua finalidade social, pois significará a perda do emprego pelo réu, que, ainda, correrá riscos diversos na prisão; d) as penas privativas de liberdade de curta duração são incapazes de cumprir suas funções oficiais e apenas produzem efeitos dessocializadores; e) houve o restabelecimento da união estável entre o insurgente e a vítima; f) apesar de reincidente, o condenado ostenta todas as circunstâncias judiciais favoráveis.

Requer o abrandamento do regime inicial de cumprimento da sanção para o aberto.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O habeas corpus comporta pronta solução, pois a insurgência está pacificada no âmbito deste Superior Tribunal.

Pela análise dos autos, observo que, ao dar provimento ao recurso ministerial e estabelecer o modo semiaberto para resgate da condenação, a Corte estadual assentou (fls. 157-158, grifei):

Além do mais, consoante também consignado no *decisum* de origem (fl. 80), **o acusado é reincidente** (possui uma condenação com trânsito em julgado pelo crime de furto, com trânsito em julgado em 27.08.2015, sem registro de extinção da pena - autos n. 4133-68.2012.8.24.0019 – fl. 24), e **possui inúmeros registros por violência doméstica** (vide fls. 25-27), circunstâncias que **afastam a possibilidade da fixação do regime aberto para início do cumprimento da pena**, pela literalidade do art. 33, § 2º, "c", do CP (STJ, AgRg no AREsp nº 717.985/DF, rel. Min. Ribeiro Dantas, j. em 01.03.2018. Do TJSC: ACr nº 0006438-39.2015.8.24.0045, rel. Desa. Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, j. em 09.08.2018, ACr nº 0008265-17.2017.8.24.0045, rel. Des. Sérgio Rizelo, j. em 22.05.2018; ACr nº 0023560-52.2016.8.24.0038, rel. Des. Luiz Néri Oliveira de Souza, j. em 07.06.2018; ACr nº 0004586-20.2015.8.24.0064, rel. Des. Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva, j. em 14.06.2018; ACr nº 0000412-23.2017.8.24.0023, rel. Des. Sidney Dalabrida, j. em 14.06.2018).

Dessa forma, a sentença merece reforma para que o regime semiaberto seja fixado ao apelante.

Consigno, ainda, que o acórdão também registrou que **as circunstâncias do art. 59 do Código Penal não foram totalmente favoráveis ao acusado, "uma vez que praticou o delito na presença dos filhos menores"** (fl. 157, destaquei). Com efeito, as penas-bases foram estabelecidas acima do mínimo legal.

Pelos trechos transcritos, observo **não haver ilegalidade a ser sanada**, uma vez que **a imposição do regime intermediário foi idoneamente justificada**, especialmente, diante da **reincidência do réu**. Nesse sentido:

[...]

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a reincidência é fundamento adequado e

Superior Tribunal de Justiça

suficiente para justificar a adoção de regime inicial de cumprimento de pena mais gravoso.

2. No caso concreto, o regime intermediário foi concretamente fundamentado pelas instâncias ordinárias, diante da reincidência do paciente. [...] (**HC n. 368.636/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 21/102016)

Portanto, entendo que **as peculiaridades do caso concreto foram analisadas de acordo com a jurisprudência desta Corte**, de modo que não existem outras situações a autorizarem a mudança da conclusão a que chegou o acórdão recorrido.

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, denego este habeas corpus, *in limine*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**